

FACTA FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 15.581.638/0001-30 NIRE: 43300054632

Relatório da Administração: Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025. Seguimos todas as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A Instituição mantém-se atenta aos movimentos macroeconômicos, aos cenários que se desenham para os curtos e médios prazos, principalmente por adentrarmos em ano de eleição presidencial e todos os efeitos que eventos políticos desse porte trazem para os Mercados. **I. Destaques Operacionais:** As atividades operacionais da FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento têm por objetivo operações de Empréstimo Pessoal Consignado Público, antecipações do Saque-aniversário FGTS, e mais recentemente o Consignado Privado com garantias do FGTS. As operações são realizadas através de uma rede de Correspondentes Nacionais, onde ocorre a captação das operações de crédito. No ano de 2025, mesmo com o ambiente econômico e político turbulentos, a originação de operações de crédito cresceu 27% num comparativo em relação a 2024. Este crescimento está alicerçado fortemente pelos produtos Consignado INSS e Consignado Privado CLT/FGTS. Do ponto de vista de resultado a instituição, num processo constante de crescimento, atingiu a marca de **R\$ 4,1 Bilhões** de Carteira de Ativos de Crédito, mais **R\$ 14 Bilhões** de Créditos cedidos para Cessionários parceiros da FACTA Financeira. O Lucro Líquido de **R\$ 144 Milhões** no ano de 2025, representa um crescimento de 25% em um comparativo em relação ao mesmo período de 2024, seguindo a busca de entrega de resultado esperado pelos acionistas. **II. Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento a resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira possui política de gerenciamento dos riscos operacionais, sendo responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. **III. Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a resolução 3.464/07 do CMN a financeira possui gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **IV. Ouvidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 28 de agosto de 2013, onde buscamos contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução 3.849/10 do Bacen, atendendo as demandas efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da ouvidoria. Nos pontos de vendas dos correspondentes nacionais, o cliente possui informações da existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da ouvidoria e as atribuições do diretor de ouvidoria. Porto Alegre - RS, 31 de março de 2026. A Administração. **Declaração de Responsabilidade da Administração:** Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo. Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras com um todo. Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas encontram-se, nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração e foram submetidas à auditoria externa, sendo o relatório parte integrante desta remessa eletrônica para publicação na Central de Demonstrações Financeiras. Porto Alegre - RS, 31 de março de 2026. **Evaldo Francisco da Rosa - Diretor Presidente. Everton Francisco da Rosa - Diretor Executivo. Atos Declaratórios da Diretoria: Demonstrações Financeiras:** A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, autorizando sua emissão em 09 de setembro de 2025. **Ouvidoria Institucional:** A estrutura de Ouvidoria da FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento não contrataram nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. **Agradecimentos:** A Administração da FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento agradece aos clientes pela confiança e colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação. Porto Alegre - RS, 31 de março de 2026. **Evaldo Francisco da Rosa - Diretor Presidente. Everton Francisco da Rosa - Diretor Executivo**

Demonstrações Financeiras para o Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	
Balança Patrimonial (Em milhares de reais)		Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)	
Ativo	Nota	2º semestre de 2025	31/12/2025
Caixa e equivalente de caixa	4	10.870	144.026
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	781.577	241.441
Títulos e valores mobiliários		393.074	(25.060)
Operações de crédito, líquido de provisões para perdas associadas ao risco de crédito		388.503	11.990
Ativos financeiros ao custo amortizado	6	7.461.010	108.034
Títulos e valores mobiliários		3.769.458	222.729
Operações de crédito		4.029.533	117.364
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(337.981)	568
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	7	6.449	172.335
Impostos a compensar	8	44.845	(1.275.109)
Créditos tributários	9	243.649	2.331.410
Outros ativos	10	535.069	621.035
Total do ativo	9.083.469	(349.883)	(2.666.678)
		(349.883)	831.877
Passivo	Nota	2º semestre de 2025	31/12/2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	11	31.172.2025	793.164
Depósitos		5.034.128	1.136.540
Recursos de acetiles cambiais		11.341	221.150
Instrumento de dívida elegível		250.612	331.280
Carteira de terceiros		2.282.108	40.148
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12	426.094	18.389
Operações vinculadas a cessão de crédito		426.094	18.389
Outros passivos	13	358.684	(598.832)
Fiscais e previdenciários		17.703	(580.825)
Outros passivos		340.981	(18.007)
Patrimônio líquido	14	720.502	194.332
Capital social		677.943	(238.870)
Reservas de lucros		42.559	451.932
Lucros ou (prejuízos) acumulados		-	(238.870)
Total do passivo	9.083.469	20.993	(415.940)
		20.993	15.649
		10.870	10.870

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)		Reservas		Lucros/prejuízos acumulados	
	Nota	Capital social	Legal	Estatutária	Totais
Saldo em 30/06/2025		456.656	30.336	221.287	85.775
Lucro do período		-	-	-	(13.325)
Aumento de capital	14b	221.287	-	(221.287)	-
Constituição reserva legal		-	(666)	-	666
Dividendos destinados		-	-	(34.102)	(34.102)
Constituição reserva estatutária		-	(2.155)	15.044	(12.889)
Juros sobre o capital próprio		-	-	(26.125)	(26.125)
Saldo em 31/12/2025		677.943	27.515	15.044	720.502
Mutação no período		221.287	(2.821)	(206.243)	(85.775)
Saldo em 01/01/2025		326.656	22.468	221.287	570.411
Ajustes iniciais na adoção da resolução 4.966/21		-	-	-	(43.067)
Saldo em 01/01/2025		326.656	22.468	221.287	570.411
Lucro do período		-	-	-	144.026
Aumento de capital	14b	351.287	-	(221.287)	-
Constituição reserva legal	14c	-	7.202	-	(7.202)
Dividendos destinados	14d	-	-	(34.102)	(34.102)
Constituição reserva estatutária	14c	-	(2.155)	15.044	(12.889)
Juros sobre o capital próprio	14e	-	-	(46.766)	(46.766)
Saldo em 31/12/2025		677.943	27.515	15.044	720.502
Mutação no período		351.287	5.047	(206.243)	150.091

Nota 1. Contexto Operacional: A Instituição tem como objeto social a realização de operações de crédito e financiamento, a prazos curto, médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de previsão para instituições da espécie, contempladas na lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, segundo as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades. A Instituição foi constituída em 22 de maio de 2012 sendo seu registro no Banco Central do Brasil homologado em 03 de maio de 2012. A Instituição adotou como política de Captação de Funding de forma temporária, a captação de recursos com prazos curtos, como medida protetiva frente às altas taxas de juros praticadas no mercado brasileiro, ou seja, buscou captar em prazos mais curtos para carregar por menos tempo um Funding de custo alto. Como a expectativa é de que a taxa de juros básica da economia brasileira (Taxa SELIC e CDI) tenham redução nos próximos meses, essa estratégia é a que mais rentabiliza as operações de crédito consignado, que possuem prazos mais longos. A intenção da Administração é manter esta Estratégia enquanto perdurarem os níveis das taxas de juros atuais, buscando desonerar, ao máximo possível, a despesa de intermediação financeira em prazos mais longos. Essa estratégia vem se mostrando eficaz, pois todos os compromissos estão sendo cumpridos e o endividamento mantido dentro das projeções de prazo e custo. Seguem as estratégias atuais da Administração sobre a composição de Caixa da Instituição, baseadas nas projeções do Fluxo de Caixa e dos orçamentos de resultado para o biênio 2025/2026. Operações de Cessão de Créditos - Previamente acordadas comercialmente com as Instituições parceiras e/ou previstas em Contratos; • Captação de novas tranches de Funding através das Plataformas contratadas, onde a FACTA CFI possui linhas de crédito "em aberto"; • Captação de Funding através da colocação no mercado, que se demonstra com interesse, de DPGEIL, para o qual a FACTA CFI já tem garantidor registrado e disponível no FGC. Ainda, como medida contingencial, está previsto no Plano de Contingência de Liquidez, em casos necessários, a redução e/ou interrupção na concessão de novas operações de crédito. Os acionistas mantêm o compromisso de aporte de capital necessário para manutenção da operação da Companhia. a) Resolução CMN no 4.966/21 - Instrumentos Financeiros: A Resolução CMN. No 4.966, de 25 de novembro de 2021, a qual entrou em vigor a partir de 1o de janeiro de 2025, estabelece novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para: I. classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; II. constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros; III. designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e IV. evidênciação de informações sobre instrumentos financeiros. A instituição realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial do novo padrão contábil, de acordo com a Resolução CMN no 4.966, 25/11/2021 e Resolução BCB no 352 de 23/11/2023. Os impactos da transição foram baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados foram reconhecidos em lucros acumulados na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido. * Em 31 de dezembro de 2024, a instituição estimou ter um aumento de R\$80 milhões nas provisões para 2025. No semestre findo em 30 de junho de 2025, houve realização de R\$43 milhões do valor estimado para ano, resultando em uma redução de 5% do patrimônio líquido.

Nota 2. Base para Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em moeda nacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para instituições financeiras e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, pelo conselho Monetário Nacional - CMN e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BCB. Res. BCB no2/20 dispõe sobre critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais. Segue aprovações atualizadas:

APROVAÇÕES - BACEN/CMN	Resolução
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estim. e Retific. de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequente	2.973/10
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	N. 4.748/2019

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução CMN 4.966/21 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial. A Facta optou pela dispensa facultada pela norma em seu artigo 79, da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, relativamente aos períodos anteriores. Até o momento não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do

útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável. **g) Provisão para o imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda, correntes e diferidos, são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e para a contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos, na alíquota de 15% conforme legislação fiscal. **h) Provisão de ativos e passivos contingentes:** Contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando ocorrer a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas serão reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser no total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações não são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **i) Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas e as provisões para contingências com processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às impressões existentes no processo de estimativas contábeis. A Instituição revisa suas estimativas e premissas no mínimo em bases semestrais. A contingência com processos judiciais é apurada com base no valor estimado de acordo com o parecer das assessorias jurídicas e análise das demandas judiciais existentes, classificadas as contingências em remota, possível e provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda das causas. **j) Resultado por ação:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. **k) Resultados recorrentes e não recorrentes:** Apresentados os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período, de forma segregada.

Nota 4. Caixas e Equivalentes de Caixa: Segue composição das disponibilidades apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa:

Disponibilidades	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional	10.870
Total da disponibilidade	10.870

Nota 5. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado: Segue composição dos ativos e seus resultados apresentadas na demonstração do resultado do exercício. Não há diferenças entre o valor contábil apresentado no balanço e o valor justo apresentando na nota.

	31/12/2025
a) Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	393.074
Cotas de fundo referenciado (i)	108.237
Cotas de fundo em direitos creditórios (ii)	268.326
Título em garantia (iii)	16.511
b) Operações de crédito ao valor justo por meio do resultado	388.503
Vinculado a Cessão de crédito (iv)	388.503
Totais	781.577

	2º semestre de 2025	31/12/2025
c) Apresentação dos res. com títulos e valores mobiliários:		
Cotas de fundo referenciado	24.920	55.352
Cotas de fundo em direitos creditórios - FIDC	8.697	8.697
Títulos em garantia	6.531	7.164
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	40.148	71.213
Cotas de fundo em direitos creditórios - FIDC	18.389	15.197

(i) Aplicações registradas na B3 em Fundos junto a Bancos (Banco do Brasil, Bradesco e Banco Central - Selic), com remuneração variável, vencimentos a curto prazo e opção de resgate antecipado; (ii) Do saldo de cotas do fundo em direitos creditórios, R\$ 217.397 pertencem a RB Capital Credit Alpha Strategy, CNPJ 32.724.252/0001-50, com 38,76% de participação e R\$50.929 pertencem a Fundo VTK FIDC RL, CNPJ 62.588.266/0001-54, com 2,99% de participação, ambas possuindo suas informações disponíveis no site da DVM. Não houve recompras de carteras não performadas no período; (iii) Valor referente a depôm em garantia das operações (cartão de crédito pré-pago, benefício INSS), serviço de emissão e processamento de cartão de crédito, com cessão de recebíveis. Do saldo de títulos em garantia R\$13.437, com a empresa Dock Soluções em meio de Pagamento S.A., bandeira VISA e R\$3.074 com a empresa ASAP Soluções em meio de Pagamento S.A, bandeira Mastercard; e (iv) Operações relacionadas a consolidação das carteiras cedidas à empresa RB Alpha Strategy FIDC onde a Facta detém 100% das cotas subordinadas, saldos classificados como cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios.

Nota 6. Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: Os títulos e valores mobiliários estão formados por títulos recebidos na cessão de operações de crédito, representativo de cotas sênior e subordinadas com vencimentos mensais findos em 09 de agosto de 2035.

	31/12/2025
a) Títulos e valores mobiliários (i)	
Debêntures sênior	2.924.829
Debêntures subordinadas	844.629
Totais	3.769.458

Resultados de título e valores mobiliários (i)

	de 2025	31/12/2025
Debêntures sênior	427.341	313.602
Debêntures subordinadas	14.069	17.678
Totais	441.410	331.280

A carteira de operações de crédito está apresentada seguindo as premissas estabelecidas na Nota 3 a) instrumentos financeiros. (i) As debêntures são constituídas por CCBs de operações de cessão de crédito, sem coobrigação, para Kanastra Cia Securitizadora. As Debêntures Financeiras são emitidas em Séries, espelhando o fluxo de vencimentos dos Direitos Creditórios (possuindo assim, vencimentos mensais); i. Todas as Debêntures emitidas são objeto da Escritura de Emissão das Debêntures Financeiras; ii. Todas as Debêntures são registradas na B3 (CETIP), de forma individual;